



**RELATÓRIO DA MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E  
INFRAÇÕES CONEXAS DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE**

**2015**

## Índice

1.	Introdução .....	4
2.	Equipa responsável pela monitorização do PGRCIC do IPCA .....	5
3.	Análise da Execução do PGRCIC do IPCA.....	6
4.	Apresentação de alterações e recomendações ao PGRCIC do IPCA .....	32
5.	Conclusão .....	34

## **LISTA DE SIGLAS**

ADSE - Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública

CPA – Código de Procedimento Administrativo

CPC – Conselho de Prevenção da Corrupção

CPCIPCA – Comissão de Prevenção da Corrupção do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

CRP – Constituição da República Portuguesa

DGES – Direcção-Geral do Ensino Superior

ECPDESP – O Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico

GACI – Gabinete de Auditoria e Controlo Interno

IPCA – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

MCI – Manual do Controlo Interno

PGRCIC – Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

SA – Serviços Académicos

SAS – Serviços de Ação Social

UE – União Europeia

---

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a corrupção é considerada um dos fenómenos mundiais mais preocupantes que assola várias entidades do sector público, inclusivamente, o sector da Educação. Face às suas consequências nefastas, têm sido encetados inúmeros esforços, a nível internacional, para estabelecer medidas anticorrupção.

Com o intuito de acompanhar esta luta contra a corrupção, Portugal criou o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), que emitiu a Recomendação n.º 1/2009, que veio prever a elaboração de um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC). Nos termos deste normativo, todas as entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos, deveriam elaborar, até 31 de dezembro de 2009, o seu PGRCIC.

Todavia, o trabalho de prevenção da corrupção não se encerra com a elaboração deste documento, pois, segundo o CPC, mais importante do que elaborar o PGRCIC é implementá-lo e monitorizá-lo, uma vez que este deve constituir um instrumento dinâmico e em constante aperfeiçoamento. Para tal, a Recomendação n.º 1/2009 refere que deve ser elaborado, anualmente, um relatório sobre a execução do PGRCIC. Pretende-se com esta imposição, que o PGRCIC constitua, não só um mecanismo de prevenção e deteção da corrupção mas, também, um instrumento de gestão, que permite aos agentes públicos expor os processos organizacionais das instituições que integram e aferir a eventual responsabilidade na gestão de recursos públicos.

Dando cumprimento a esta recomendação, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), elaborou um PGRCIC, aprovado em 30 dezembro de 2009, e criou uma Comissão de Prevenção da Corrupção, em fevereiro de 2010, a qual ficou incumbida de efetuar a monitorização deste documento e, conseqüentemente, de elaborar um relatório sobre a mesma, o qual se apresenta neste documento.

## 2. EQUIPA RESPONSÁVEL PELA MONITORIZAÇÃO DO PGRIC DO IPCA

Em cumprimento da alínea a) do ponto 3 do PGRIC do IPCA, de 31 de dezembro de 2009, foi constituída uma Comissão de Prevenção da Corrupção do IPCA (CPCIPCA), por despacho do Sr. Presidente do IPCA (Despacho Interno (PR) n.º 3/2010, de 19 de fevereiro de 2010, o qual foi substituído pelo Despacho Interno (PR) n.º 39/2012, de 17 de abril de 2012 e, posteriormente, pelo Despacho Interno (PR) n.º 11/2013, de 11 de fevereiro de 2013).

A CPCIPCA é atualmente constituída pelos seguintes elementos:

- Sandra Cunha (Presidente);
- Sara Serra (Secretária);
- Paulo Teixeira (vogal);
- Carla Ramos (vogal).

A CPCIPCA está incumbida da coordenação, aplicação e fiscalização do PGRIC do IPCA, nomeadamente, da realização de reuniões de acompanhamento e da estruturação de relatórios anuais sobre o mesmo.

Cientes das suas atribuições, os membros do CPCIPCA têm reunido periodicamente desde da sua nomeação. Destas reuniões resultaram, em 2015, as seguintes atividades:

- Elaboração e envio de contributos para a revisão do Manual de Controlo Interno do IPCA;
- Colaboração com o Gabinete de Auditoria e Controlo Interno no preenchimento do questionário de Autoavaliação do Risco de Controlo Interno do Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado;
- Elaboração de uma candidatura ao Programa Hercules III;
- Realização de vários sorteios para constituições de júris de procedimentos concursais (pessoal não docente), em cumprimento do ponto 4.1 do PGRIC;
- Realização de auditorias a vários procedimentos concursais (pessoal docente e não docente);
- Apresentação de recomendações para implementar medidas anticorrupção;
- Análise do atual PGRIC e apresentação de sugestões de revisão e recomendação de reforço das medidas anticorrupção.

### 3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO PGRCIC DO IPCA

A *checklist*, apresentada na tabela n.º 1 mede o grau de execução do PGRCIC do IPCA. Através das respostas obtidas, aquando a aplicação dos questionários, classificou-se cada medida de acordo com três níveis:

- **Executado** – significa que o procedimento foi executado.
- **Não Executado** – significa que o procedimento não foi executado, mas já poderia ou deveria ter sido.
- **Aguarda** – significa que o procedimento não foi executado, porque ainda não é exigido, mas é usual e obedece a prévio planeamento. Esta classificação pode, também, significar que parte do procedimento foi executado.

Em 2015, registaram-se os seguintes resultados:

**Tabela n.º 1 – Execução do PGRCIC do IPCA**

#### 1. Medidas gerais

##### 1.1. Ações de esclarecimento sobre o PGRCIC do IPCA

Procedimento a adotar	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
	Sim	Não	Aguarda		
1) Envio de mensagens eletrónicas a todos os colaboradores do IPCA informando da publicidade do plano na respetiva página virtual, bem como da “Carta Ética da Administração Pública”	X			Enviado em 2013 por e-mail.	
2) Promoção de ações formativas de curta duração sobre o PGRCIC e documentos anexos		X		Não	
3) Disponibilização de “Declaração relativa a escusas, incompatibilidades e impedimentos”	X			Em anexo ao PGRCIC	
4) Criação de uma área na página de Internet do IPCA sobre a matéria da prevenção da corrupção e riscos conexos	X			Já existente em 2013. Houve atualizações	

##### 1.2. Ações de Formação em temas que se articulam com a corrupção e riscos conexos

Procedimento a adotar	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
	Sim	Não	Aguarda		
5) Realização de ações breves e essenciais de formação, sobre temas relacionados com os fenómenos da corrupção e das infrações conexas, nomeadamente em direito administrativo, contratação pública e regime da função pública		X			

### 1.3. Manual/Sistema de Controlo Interno

Procedimento a adotar	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
	Sim	Não	Aguarda		
6) Implementação do Manual/Sistema de Controlo Interno (MCI) no IPCA	X			Revisão do MCI	

### 1.4. Criação de um Código de Conduta do IPCA

Procedimento a adotar	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
	Sim	Não	Aguarda		
7) Criação de um Código de Conduta do IPCA			X	Não	

### 1.5. Criação de um Manual de Procedimentos dos Serviços Académicos

Procedimento a adotar	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
	Sim	Não	Aguarda		
8) Criação de um Manual de Procedimentos dos Serviços Académicos do IPCA		X		Não	

### 1.6. Criação de um Gabinete de Auditoria e Controlo Interno

Procedimento a adotar	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
	Sim	Não	Aguarda		
9) Criação de um Gabinete de Auditoria e Controlo Interno?	X			Não	

**Nota:** Por motivos de redução de pessoal (mobilidade de funcionários) não teve pessoal afeto em 2015. Contudo, a função de controlo interno tem sido desempenhada por uma empresa externa, em regime de aquisição de serviços.

### 1.7. Promoção de auditorias independentes ao sistema informático

Procedimento a adotar	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
	Sim	Não	Aguarda		
10) Promoção de auditorias anuais externas e independentes relativas à confiança e segurança dos sistemas informáticos do IPCA		X		Não	

## 2. Áreas de Intervenção

### 2.1. Área: Pessoal – Recrutamento

Processo 1	Recrutamento por concurso (pessoal docente, não docente e bolseiros)	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
		Sim	Não	Aguarda		
Riscos Associados	Favorecimento de candidato Abuso de Poder Corrupção passiva para ato ilícito Tráfico de Influência Intervenção em processo em situação de impedimento	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 1.1	Nomeação de júris diferenciados para cada concurso	X			Não	
Procedimento 1.2	Criação de uma bolsa de júris para concursos de pessoal docente e não docente	X			Não	
Procedimento 1.3	Sorteio de pelo menos dois membros do júri para concursos de não pessoal docente.	X			Não	
Procedimento 1.4	Recurso preferencial a pelo menos um membro do júri e/ou especialista externo à Unidade Orgânica para concurso de bolseiros	X			Não	
Procedimento 1.5	Implementação do Regulamento do art.º 29.º-A do ECPDESP	X			Não	

Processo 2	Recrutamento de docentes convidados	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
		Sim	Não	Aguarda		
Riscos Associados	Tráfico de Influência Abuso de poder Corrupção passiva para ato ilícito Intervenção em processo em situação de impedimento	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 2.1	Cumprimento do regulamento de recrutamento de docentes convidados no âmbito do ECPDESP	X			Não	
Procedimento 2.2	Recurso obrigatório a uma base de recrutamento do IPCA nos termos do art. 17.º-B do ECPDESP	X			Não	

### 2.2. Pessoal – Processamentos diversos

Processo 3	Processamento de remunerações	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
		Sim	Não	Aguarda		
Riscos Associados	Pagamentos indevidos Corrupção ativa para ato ilícito Peculato	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 3.1	Verificação semestral, num período aleatório, do cumprimento do programa específico para esta área no âmbito do sistema de controlo interno	X			Não	

Processo 4	Processamento de abonos variáveis e eventuais	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
		Sim	Não	Aguarda		
Riscos Associados	Pagamentos indevidos Corrupção ativa para ato ilícito Peculato	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica

Procedimento 4.1	Verificação semestral, num período aleatório, do cumprimento do programa específico para esta área no âmbito do sistema de controlo interno	X				Não	
------------------	---	---	--	--	--	-----	--

Processo 5	Processamento/ conferência das despesas comparticipadas pela ADSE	Execução em 2015				
Riscos Associados	Pagamentos indevidos Corrupção passiva para ato ilícito	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 5.1	Verificação semestral, num período aleatório, do cumprimento do programa específico para esta área no âmbito do sistema de controlo interno	X			Não	

Processo 6	Processamento da recuperação de vencimento de exercício perdido	Execução em 2015				
Riscos Associados	Pagamentos indevidos Corrupção passiva para ato ilícito Peculato	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 6.1	Verificação semestral, num período aleatório, do cumprimento do programa específico para esta área no âmbito do sistema de controlo interno					NA

### 2.3. Pessoal – Análise de pedidos

Processo 7	Análise e justificação de faltas	Execução em 2015				
Riscos Associados	Considerar uma falta como justificada indevidamente Corrupção passiva para ato ilícito Concussão	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 7.1	Revisão das regras existentes, com ênfase na segregação de funções		X			NA
Procedimento 7.2	Verificação semestral, num período aleatório, do cumprimento do programa específico para esta área no âmbito do sistema de controlo interno	X			Não	
Processo 8	Análise de requerimentos de licenças	Execução em 2015				
Riscos Associados	Considerar uma falta como justificada indevidamente Corrupção passiva para ato ilícito Concussão	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 8.1	Revisão das regras existentes, com ênfase na segregação de funções		x			NA
Procedimento 8.2	Verificação semestral, num período aleatório, do cumprimento do programa específico para esta área no âmbito do sistema de controlo interno	X			Não	

Processo 9	Análise de requerimentos de equiparação a bolsheiro	Execução em 2015				
		Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Riscos Associados	Considerar uma falta como justificada indevidamente Corrupção passiva para ato ilícito Concussão					
Procedimento 9.1	Revisão das regras existentes, com ênfase na segregação de funções		x		Não	
Procedimento 9.2	Verificação semestral, num período aleatório, do cumprimento do programa específico para esta área no âmbito do sistema de controlo interno	x			Não	

Processo 10	Análise de requerimentos de acumulação de funções	Execução em 2015				
		Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Riscos Associados	Considerar uma falta como justificada indevidamente Corrupção passiva para ato ilícito Concussão					
Procedimento 10.1	Revisão das regras existentes, com ênfase na segregação de funções		x		Não	
Procedimento 10.2	Verificação semestral, num período aleatório, do cumprimento do programa específico para esta área no âmbito do sistema de controlo interno		x		Não	

#### 2.4. Pessoal – Outros procedimentos

Processo 11	Elaboração e cumprimento do mapa de férias	Execução em 2015				
		Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Riscos Associados	Atribuição de dias de férias em número superior ao que o funcionário tem direito Corrupção passiva para ato ilícito					
Procedimento 11.1	Verificação semestral, num período aleatório, do cumprimento do programa específico para esta área no âmbito do sistema de controlo interno	x			Não	
Procedimento 11.2	Revisão das regras existentes, com ênfase na segregação de funções e rotatividade		x		Não	

Processo 12	Exercício de atividade em acumulação de funções	Execução em 2015				
		Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Riscos Associados	Incompatibilidades Acumulação de funções sem prévia autorização					
Procedimento 12.1	Ampla divulgação do regime de acumulações	x			Sim	
Procedimento 12.2	Verificação anual da declaração de IRS de docentes em regime de exclusividade		x		Não	

Processo 13	Deslocação em serviço público	Execução em 2015				
Riscos Associados	Deslocação em serviço público sem prévia autorização	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 13.1	Verificação semestral, num período aleatório, do cumprimento do programa específico para esta área no âmbito do sistema de controlo interno					NA

## 2.5. Pessoal – Mobilidade

Processo 14	Seleção de candidatos	Execução em 2015				
Riscos Associados	Favorecimento de candidatos Abuso de Poder Corrupção passiva para ato ilícito Tráfico de Influência Intervenção em processo em situação de impedimento	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 14.1	Revisão das regras existentes, com ênfase na segregação de funções e rotatividade		x		Não	

## 2.6. Área: Estudantes – Serviços Académicos

Processo 15	Emissão de Declarações ou Certidões	Execução em 2015				
Riscos Associados	Falsificação de declarações ou certidões por funcionário (conteúdo falso ou alterado, como o valor da classificação final, aquando da emissão de declaração ou certidão, para beneficiar o estudante) a pedido ou em troca de dinheiro ou outros bens Falsificação ou contrafação de documento Corrupção passiva para ato ilícito Abuso de poder	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 15.1	Criação do Manual de Procedimentos dos Serviços Académicos, visando o reforço das medidas de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: segregação de funções e rotatividade): previsão de regras sobre o processo de emissão de declarações e certidões, incluindo a verificação aleatória das declarações/certidões emitidas por um funcionário diferente daquele que as emitiu e a junção, aquando da assinatura, do suporte da informação		x		Não	

**Nota: Embora não exista um Manual de Procedimentos, as regras são estabelecidas em regulamento ou despacho**

Processo 16	Emissão de certidão de conclusão de curso	Execução em 2015				
Riscos Associados	Por acordo entre o estudante e o funcionário poderá ser emitida uma certidão de conclusão sem que o estudante tenha terminado o curso, a pedido ou em troca de dinheiro ou outros bens Falsificação de documentos, por funcionário Corrupção passiva para ato ilícito Abuso de poder	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 16.1	Criação do Manual de Procedimentos dos Serviços Académicos, visando o reforço das medidas de prevenção da corrupção e infrações conexas (ex. segregação de funções e rotatividade): previsão de regras sobre o processo, incluindo a verificação aleatória das certidões emitidas por um funcionário diferente daquele que as emitiu		X		Não	

**Nota: Embora não exista um Manual de Procedimentos, as regras são estabelecidas em regulamento ou despacho**

Processo 17	Renovação de matrícula e inscrição	Execução em 2015				
Riscos Associados	Por acordo entre o estudante e o funcionário poderá ser efetuada a matrícula e inscrição de um estudante com matrícula e inscrição prescrita no ano letivo anterior, a pedido ou em troca de dinheiro ou outros bens Falsificação de documentos por funcionário Corrupção passiva para ato ilícito Abuso de poder	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 17.1	Criação do Manual de Procedimentos dos Serviços Académicos, visando o reforço das medidas de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: segregação de funções e rotatividade): previsão de regras sobre o processo		X		Não	

**Nota: Embora não exista um Manual de Procedimentos, as regras são estabelecidas em regulamento ou despacho**

Processo 18	Lançamento de notas e creditações	Execução em 2015				
Riscos Associados	Por acordo entre o estudante e o funcionário ou docente podem ser alteradas notas ou creditações de um estudante, a pedido ou em troca de dinheiro ou outros bens Falsificação de documentos, por funcionário Corrupção passiva para ato ilícito Abuso de poder	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 18.1	Criação do Manual de Procedimentos dos Serviços Académicos, visando o reforço das medidas de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: segregação de funções e rotatividade): previsão de regras sobre o processo, nomeadamente sobre as permissões de acesso, que devem ser	X			Não. Revisto em 2014	

	restringidas					
--	--------------	--	--	--	--	--

**Nota: Embora não exista um Manual de Procedimentos, as regras são estabelecidas em regulamento ou despacho**

Processo 19	Processos de creditação de formação	Execução em 2015				
Riscos Associados	Possibilidade de utilização incorreta da amplitude/ margem de apreciação existente nos critérios legal e regulamentarmente estabelecidos Abuso de poder Corrupção passiva para ato ilícito e lícito Tráfico de Influência	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 19.1	Definição de critérios mais precisos e explícitos, com menor possibilidade de discricionariedade Especificação e divulgação da pontuação dos candidatos em cada item (o conhecimento da valoração dada contribuirá para a deteção de eventuais irregularidades, revelando o princípio da transparência)	X			Não	

**Nota: Embora não exista um Manual de Procedimentos, as regras são estabelecidas em regulamento ou despacho**

Processo 20	Processos de seriação dos candidatos a concursos especiais, reingressos, mudanças de curso e transferência	Execução em 2015				
Riscos Associados	Possibilidade de incorreta avaliação dos documentos constantes dos processos de candidatura Abuso de poder Corrupção passiva para ato ilícito Tráfico de Influência	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 20.1	Definição de critérios mais precisos e explícitos, com menor possibilidade de discricionariedade Especificação e divulgação da pontuação dos candidatos em cada item (o conhecimento da valoração dada contribuirá para a deteção de eventuais irregularidades, revelando o princípio da transparência)	X			Não	

**Nota: Embora não exista um Manual de Procedimentos, as regras são estabelecidas em regulamento ou despacho**

Processo 21	Mudança de Regime: noturno - diurno e diurno-noturno	Execução em 2015				
Riscos Associados	Possibilidade de discricionariedade na autorização dos pedidos Abuso de poder Corrupção passiva para ato ilícito Tráfico de Influência	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica

Procedimento 21.1	Determinação de critérios pré-definidos, que assegurem a igualdade e imparcialidade, e definição de regras de procedimentos que minimizem a margem de discricionariedade	X			Não	
Procedimento 21.2	Uniformização de critérios entre Escolas	X			Não	
<b>Processo 22</b>	<b>Creditação de Unidades Curriculares no âmbito do Programa ERASMUS</b>	<b>Execução em 2015</b>				
Riscos Associados	Possibilidade de utilização incorreta da amplitude/margem de apreciação existente nos critérios legal e regulamentarmente estabelecidos Abuso de poder Corrupção passiva para ato ilícito e lícito Tráfico de Influência	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 22.1	Definição de critérios mais precisos e explícitos, com menor possibilidade de discricionariedade	X			Não	
Procedimento 22.2	Especificação e divulgação da pontuação dos candidatos em cada item (o conhecimento da valoração dada contribuirá para a deteção de irregularidades, revelando o princípio da transparência)	X			Não	

<b>Processo 23</b>	<b>Funcionamento de Pós-Graduações (conferentes ou não de grau académico).</b>	<b>Execução em 2015</b>				
Riscos Associados	Deturpação do processo de implementação do curso e seleção de formandos, decorrente de insuficiente uniformização das normas de procedimento de admissão de candidaturas Discricionariedade na admissão de pré-candidaturas (as quais condicionam as posteriores candidaturas) Abuso de poder Corrupção passiva para ato lícito e ilícito Tráfico de Influência	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 23.1	Criação de um Regulamento de funcionamento de pós-graduações que defina todo o procedimento necessário à abertura anual do funcionamento dos cursos (publicitação, pré candidaturas e candidaturas, prazos, critérios de seriação e regras de creditação, etc.)	X			As regras são estabelecidas por despacho	
Procedimento 23.2	Especificação e divulgação da pontuação dos candidatos em cada item (o conhecimento da valoração dada contribuirá para a deteção de eventuais irregularidades, revelando o princípio da transparência)		X		Não	

Processo 24	Atendimento	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
		Sim	Não	Aguarda		
Riscos Associados	Violação dos princípios gerais da atividade administrativa; Parcialidade, falta de isenção, tratamento diferenciado de estudantes	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 24.1	Sensibilização para as consequências da corrupção e infrações conexas		X		Não	
Procedimento 24.2	Ampla divulgação dos princípios gerais da atividade administrativa		X		Não	
Procedimento 24.3	Formação de todos os funcionários sobre o CPA		X		Não	

Processo 25	Avaliação de conhecimentos	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
		Sim	Não	Aguarda		
Riscos Associados	Intervenção em processos em situação de impedimento (exemplo: pelo próprio, por familiares ou pessoas com relações de forte amizade ou inimizade)	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 25.1	Ampla divulgação do regime de impedimentos		X		Não	
Procedimento 25.2	Implementação do dever de comunicação, por parte de um funcionário, de que um seu familiar frequenta o IPCA, como estudante, e assunção do compromisso de suscitar o impedimento caso seja chamado a intervir num processo em que o mesmo seja interessado		X		Não	
Procedimento 25.3	Impedimento quando o funcionário seja ele próprio estudante de intervir num processo em que o mesmo seja interessado	X			Não	
Procedimento 25.4	Verificação aleatória a um número mínimo de processos de estudantes que sejam funcionários ou familiares de funcionários a promover pelo Responsável dos SA		X		Não	

## 2.7. Apoio Social

Processo 26	Atribuição de bolsas de estudo e outros benefícios sociais	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
		Sim	Não	Aguarda		
Riscos Associados	Aplicação indevida das normas sobre atribuição de bolsas de estudo e outros benefícios sociais, podendo gerar o favorecimento de alguns estudantes Abuso de poder Corrupção passiva para ato ilícito Tráfico de Influência	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica

Procedimento 26.1	Realização de auditorias periódicas e aleatórias, a um número mínimo de processos de atribuição de benefícios, a promover pelo GACI		X		Por motivos de redução de pessoal (mobilidade de funcionários ) o GACI não teve pessoal afeto em 2015	
Procedimento 26.2	Realização de um mínimo de 2 visitas domiciliárias, a promover pelo responsável pelos SAS					NA
<b>Processo 27</b>	<b>Atribuição de bolsas de mérito e prémios</b>	<b>Execução em 2015</b>				
Riscos Associados	Aplicação indevida das normas sobre atribuição de bolsas de estudo por mérito e prémios de mérito, podendo gerar o favorecimento de alguns estudantes Abuso de poder Corrupção passiva para ato ilícito Tráfico de Influência	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 27.1	Realização de auditorias periódicas e aleatórias, a um número mínimo de processos a promover pelo GACI		X		Não	

<b>Processo 28</b>	<b>Pagamento de bolsas</b>	<b>Execução em 2015</b>				
Riscos Associados	Pagamentos indevidos Abuso de poder Corrupção passiva para ato ilícito Tráfico de Influência	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 28.1	Verificação periódica e aleatória, a um número mínimo de processos, confrontando as verbas que são transferidas com a bolsa atribuída, a promover pelo GACI		X		Não	

<b>Processo 29</b>	<b>Favorecimento indevido</b>	<b>Execução em 2015</b>				
Riscos Associados	Perda do estatuto de bolseiro por um estudante, continuando a usufruir de benefícios, por não ter havido atualização na correspondente aplicação informática; Abuso de poder Corrupção passiva para ato ilícito Tráfico de Influência	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 29.1	Otimização do cruzamento de dados entre os SAS e os SA	X			Não	
Procedimento 29.2	Verificação periódica e aleatória de processos, a promover pelo responsável pelos SAS	X			Não	

## 2.8. Área: Contratação Pública

Processo 30	Verificação de material aquando da sua receção	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
		Sim	Não	Aguarda		
Riscos Associados	Retenção de material para uso próprio do trabalhador Entrega, pelos fornecedores, de quantidades de material inferiores às contratadas Abuso de poder Corrupção passiva para ato ilícito Tráfico de Influência					
Procedimento 30.1	Promoção de 1 ação de fiscalização por ano, a promover pelo responsável pelo sector das aquisições		X		Não	
Procedimento 30.2	Recurso a gabinetes especializados do IPCA ou a entidades externas para averiguação e acompanhamento de determinados trabalhos adjudicados que requerem conhecimentos técnicos	X			Não	
Procedimento 30.3	Reavaliação das regras de controlo interno existentes, visando o reforço das medidas de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: rotação de pessoal)	X			Sim, com a revisão do MCI	

Processo 31	Aquisição de bens, serviços e empreitadas por ajuste direto: Fornecedores	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
		Sim	Não	Aguarda		
Riscos Associados	Aquisições diversas ao mesmo fornecedor, para favorecimento de fornecedores Violação dos princípios gerais de contratação; Corrupção passiva para ato lícito e ilícito Tráfico de Influência Participação económica em negócio; Abuso de poder					
Procedimento 31.1	Reforço dos testes de conformidade quanto ao cumprimento do Manual Controlo Interno (exemplo: auditorias aleatórias ao processo de despesa, de acordo com o Plano de Intervenção do GACI)	X			Não	
Procedimento 31.2	Revisão das regras existentes, visando o reforço das medidas de prevenção da corrupção e infrações conexas (ex. rotação de pessoal; procedimentos de aquisição, como regra, com convite a mais de uma entidade	X			Não	

Procedimento 31.3	Aumento da rotatividade de fornecedores/prestadores de serviços	X			Não	
Procedimento 31.4	Criação de alerta sobre os valores acumulados por fornecedor/prestador de serviço de acordo com o objeto de contrato, bem como situações de prestação ou fornecimento gratuito de bens e serviços			X	Sim, foi criada uma aplicação por estudantes da EST no âmbito do estágio curricular, aguarda envio.	

Processo 32	Processos de aquisição de bens e serviços	Execução em 2015				
Riscos Associados	Supressão dos procedimentos necessários/fases da realização da despesa (exemplo: prévias cabimentação e autorização da despesa pelo órgão competente) Corrupção passiva para ato ilícito Tráfico de Influência Participação económica em negócio; Violação das regras gerais de autorização de despesa; Violação dos princípios gerais de contratação.	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 32.1	Reforço da informação/formação sobre o Manual de Controlo Interno; maior informação e sensibilização dos trabalhadores sobre as fases obrigatórias nos procedimentos de contratação		X		Sim, foi criado um manual de procedimentos do júri que aguarda validação	
Procedimento 32.2	Maior exigência na planificação das atividades com adequada antecedência		X		Não	
Procedimento 32.3	Promoção de formação na área do Planeamento			X	Não	
Procedimento 32.4	Implementação de avaliação do desempenho do fornecedor/de avaliação da satisfação da qualidade do fornecimento, de forma aleatória aos processos de aquisição		X		Não	

Processo 33	Aquisição de bens	Execução em 2015				
Riscos Associados	Repetição de procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano Fracionamento da despesa Corrupção passiva para ato ilícito ou lícito Tráfico de Influência Participação económica em negócio	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 33.1	Promoção de formação na área do Planeamento Maior informação e sensibilização dos trabalhadores sobre a necessidade de planificação anual	X			Não	
Procedimento 33.2	Reforço dos testes de conformidade a processos de aquisição, a promover pelo GACI, de acordo com o Plano de Intervenção		X		Não	

Processo 34	Fornecimento de bens, serviços e empreitadas	Execução em 2015				
		Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe
Riscos Associados	Fornecimento por familiares ou pessoas com relações de forte amizade ou inimizade Informação privilegiada Violação de segredo por funcionário; Intervenção em processo em situação de impedimento Conluio entre os adjudicatários e os funcionários; Corrupção passiva para ato lícito ou ilícito Tráfico de Influência Participação económica em negócio					
Procedimento 34.1	Ampla divulgação do regime de impedimentos		X		Não	
Procedimento 34.2	Subscrição de uma declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos ou escusa, a implementar de modo geral entre todos os trabalhadores do IPCA		X		Não	

Processo 35	Pré-consultas para determinação do preço base	Execução em 2015				
		Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Riscos Associados	Passagem de informação privilegiada Corrupção passiva para ato ilícito ou lícito Tráfico de Influência Participação económica em negócio					
Procedimento 35.1	Quando possível, determinação do preço base sem consulta do mercado e cruzamento posterior com a consulta ao mercado;	X			Não	
Procedimento 35.2	Realização preferencial de consultas ao mercado via recolha de preços disponibilizados na Internet e por catálogos.	X			Não	

Processo 36	Intervenção em processos de contratação e processos de júri de concursos	Execução em 2015				
		Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Riscos Associados	Intervenção em processo em situação de impedimento (familiares ou pessoas com relações de forte amizade ou inimizade) Corrupção passiva para ato ilícito ou lícito Tráfico de Influência Participação económica em negócio					
Procedimento 36.1	Ampla divulgação do regime de impedimentos		X		Não	
Procedimento 36.2	Subscrição de uma declaração de		X		Não	

	Compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos ou escusa, a implementar de modo geral entre todos os trabalhadores do IPCA.					
--	--	--	--	--	--	--

Processo 37	Contratação de formação	Execução em 2015				
Riscos Associados	Contratação de formadores sem solicitação do Certificado de Aptidão Profissional (CAP) e conseqüentemente, contratação de formadores sem formação adequada e sem competência comprovada para exercer essa função; Intervenção em processo em situação de impedimento (familiares ou pessoas com relações de forte amizade ou inimizade); Favorecimento de amigos ou familiares Corrupção passiva para ato ilícito ou lícito Tráfico de Influência	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 37.1	Obrigatoriedade de verificação de todos os documentos de habilitação por duas pessoas, uma das quais obrigatoriamente pertencente ao SRH	X			Não	
Procedimento 37.2	Segregação de funções entre a pessoa que recebe as propostas de contratação e a que verifica os documentos	X			Não	
Procedimento 37.3	Criação de bolsa de formadores do IPCA	X			Não	
Procedimento 37.4	Criação de normas de regulação do recrutamento de formadores, com obrigatoriedade de consulta à bolsa de formadores do IPCA	X			Não	

Processo 38	Apresentação e verificação de documentos de habilitação e preenchimento e publicitação de relatórios	Execução em 2015				
Riscos Associados	Não apresentação de documentos de habilitação, apresentação de documentos fora de prazo ou apresentação de documentos falsos Considerar como válida da adjudicação a um fornecedor que não está habilitado para tal Corrupção passiva para ato ilícito ou lícito Tráfico de Influência	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 38.1	Verificação periódica e aleatória de processos pelo GACI		X		Não	

Processo 39	Existência de trabalhos a mais no âmbito das Empreitadas	Execução em 2015				
Riscos Associados	Risco de avançar com a execução dos trabalhos sem prévia autorização do órgão competente e realizar novo procedimento para efetuar o pagamento destes trabalhos Corrupção passiva para ato ilícito ou lícito	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica

	Tráfico de Influência					
Procedimento 39.1	Verificação periódica e aleatória de processos de empreitadas por parte dos Serviços Técnicos e de Manutenção	X				Não
Procedimento 39.2	Criação de um Manual de Procedimentos no âmbito das empreitadas			X		Em fase de elaboração

Processo 40	Renovação de contratos	Execução em 2015				
Riscos Associados	Falha no sistema de alerta do termo dos contratos, provocando a sua renovação automática, sem possibilidade de avaliação da necessidade de renovação Favorecimento de fornecedores Participação económica em negócio Corrupção passiva para ato lícito ou ilícito Tráfico de Influência	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 40.1	Criação de um sistema de alerta de renovação de contratos	x			Não	
Procedimento 40.2	Verificação, pelo sector de aquisições e pelos Serviços Técnicos e de Manutenção, da base de dados de contratos e respetiva calendarização, com elaboração de listagem mensal dos contratos suscetíveis de renovação, para que a avaliação da mesma se processe com uma antecedência mínima de 60 dias em relação à data de denúncia	x			Sim, feito com periodicidade trimestral	

## 2.9. Área: Património

Processo 41	Abates	Execução em 2015				
Riscos Associados	Bem abatido continuar nos serviços Abates sem autorização Abates sem a autorização do órgão competente Utilização indevida, para fins privados, de bens abatidos documentalente no período até à sua eliminação física Proposta indevida de envio de bens para abate	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 41.1	Realização de testes de conformidade quanto ao cumprimento do Manual de Controlo Interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: conferências físicas periódicas, a realizar pelo sector do património, para verificar se os bens abatidos ainda se encontram no local; se a autorização de abate foi proferida pelo órgão com competências para o efeito; se os bens a abater foram isolados, em local de acesso restrito e controlado e se a justificação do abate foi efetuada por técnico interno ou verificação externa).		X		Não	

Processo 42	Etiquetagem	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
		Sim	Não	Aguarda		
Riscos Associados	Equipamento não etiquetado (por não estar inventariado ou a etiqueta ter sido removida) Apropriação ou utilização indevida de bens públicos, designadamente para fins privados Peculato Peculato de uso Abuso de poder	Sim	Não	Aguarda		
Procedimento 42.1	Realização de testes de conformidade quanto ao cumprimento do Manual de Controlo Interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: reconciliação dos registos contabilísticos com os registos do inventário; conferências físicas periódicas para verificar se os bens estão inventariados, a realizar pelo Sector do Património)	x			Não	

Processo 43	Utilização de Bens públicos	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
		Sim	Não	Aguarda		
Riscos Associados	Apropriação indevida de bens públicos Utilização indevida de bens públicos, designadamente para fins privados Violação do princípio da prossecução do interesse público Peculato Peculato de uso Abuso de poder	Sim	Não	Aguarda		
Procedimento 43.1	Reforço das medidas de controlo interno numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: generalização da restrição do acesso a equipamentos audiovisuais e informáticos, verificação periódica e aleatória de um número mínimo de fichas de saída ou requisição interna e atualização da regulamentação da requisição de bens)	x			Não	
Procedimento 43.2	Ampla divulgação dos princípios gerais da atividade administrativa		x		Sim	
Procedimento 43.3	Sensibilização para as consequências da corrupção e infrações conexas		x		Não	

Processo 44		Execução em 2015				
Processo 44	Transferência de bens	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Riscos Associados	Transferência de bens sem comunicação Apropriação indevida de bens públicos Desaparecimento do bem Desatualização das fichas dos bens Peculato Peculato de uso Abuso de poder					
Procedimento 44.1	Reforço das medidas de controlo interno numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: realização de conferências físicas periódicas e aleatórias, a realizar pelo sector do património)		X		Não	

Processo 45		Execução em 2015				
Processo 45	Cedência de equipamento	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Riscos Associados	Cedência de equipamento por pessoa ou órgão sem competência Prática de atos anuláveis, eventualmente geradora de utilização indevida dos bens Peculato de uso Abuso de poder					
Procedimento 45.1	Reforço das medidas de controlo interno numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: realização de conferências físicas periódicas e aleatórias, a realizar pelo sector do património)		X		Não	

Processo 46		Execução em 2015				
Processo 46	Ofertas à Instituição	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Riscos Associados	Ofertas à Instituição sem processo formal de aceitação. Não inventariação de bens causadora de eventual apropriação ou utilização indevida de bens públicos, para fins privados Violação do princípio da prossecução do interesse público; Peculato Peculato de uso Abuso de poder					
Procedimento 46.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: divulgação acrescida das regras sobre aceitação de doações)		X		Não	

Processo 47	Aquisição de obras	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
		Sim	Não	Aguarda		
Riscos Associados	A obra não ser registada como património bibliográfico do IPCA e ser utilizada em benefício próprio Peculato Peculato de uso Abuso de poder					
Procedimento 47.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (ex. verificação periódica e aleatória dos procedimentos de aquisição de obras, a realizar pelo responsável pela Biblioteca, de forma a garantir que as obras são registadas no catálogo da Biblioteca do IPCA)	X			Não	

### 2.10. Área: Receita

Processo 48	Emissão de recibos	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
		Sim	Não	Aguarda		
Riscos Associados	Não emissão ou anulação indevida de recibos, de modo a eliminar a receita ou recebimento de dinheiro, ficando o funcionário com o montante recebido (exemplo: nos SA ou SAS não ser registada a operação, não se cobrando a receita) Corrupção passiva para ato ilícito Peculato Peculato de uso Abuso de poder					
Procedimento 48.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: sempre que um funcionário anule um recibo deverá emitir listagem de recibos anulados, anexar original e duplicado do recibo, justificar o motivo da anulação e entregar ao responsável do serviço ou funcionário designado, para conhecimento. Justificar por escrito e pedir autorização para efetuar a respetiva anulação ao responsável do Serviço ou quem o substitua; controlo da utilização do sistema informático de faturação)	X			Não	
Procedimento 48.2	Sensibilização dos utilizadores dos Serviços para que solicitem sempre recibo da operação	X			Não	
Procedimento 48.3	Verificação e controlo dos recibos anulados por parte dos Serviços Financeiros	X			Não	

Processo 49	Emissão de recibos	Execução em 2015				
Riscos Associados	Não recebimento de valor correspondente ao recibo emitido Corrupção passiva para ato ilícito Abuso de Poder	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 49.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: conferência diária dos valores recebidos, com folhas de caixa discriminativas, pelo responsável dos serviços ou funcionário designado para tal)	X			Não	

Processo 50	Pagamento de propinas	Execução em 2015				
Riscos Associados	Não pagamento de propinas Perdão do pagamento Abuso de Poder Corrupção passiva para ato lícito ou ilícito	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 50.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: verificação periódica e aleatória, a promover pelo responsável dos SA).	X			Não	

Processo 51	Pagamento de propinas - juros	Execução em 2015				
Riscos Associados	Possibilidade de não cobrar juros por propinas em atraso ou cobrar em valor inferior ao devido Abuso de Poder Corrupção passiva para ato ilícito	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 51.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: verificação periódica e aleatória, a promover pelo responsável dos SA, sobre correta aplicação de juros, de acordo com a fórmula de cálculo, que deve ser publicitada)	X			Não	

Processo 52	Pagamento de Propinas - Pós graduações e Mestrados	Execução em 2015				
Riscos Associados	Pagamento com atraso de propinas de pós-graduações e mestrado sem aplicação de multas Abuso de Poder Corrupção passiva para ato ilícito	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 52.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: verificação periódica e aleatória, a realizar pelo responsável dos SA, da aplicação de multa a propinas pagas fora de prazo, aos	X			Não	

mestrados e outros cursos de formação)						
<b>Processo 53</b>	<b>Emissão de documentos com urgência</b>	<b>Execução em 2015</b>				
Riscos Associados	Recebimento de dinheiro para emitir documentos, com urgência, sem cobrar a taxa devida para o efeito Abuso de Poder Corrupção passiva para ato ilícito	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 53.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: verificação periódica e aleatória, a promover pelo responsável dos SA, dos documentos que vão para despacho, conferindo a data de entrada e o pagamento efetuado)	X			Não	

<b>Processo 54</b>	<b>Falha de sistema informático</b>	<b>Execução em 2015</b>				
Riscos Associados	Recebimento de valores sem emissão de recibos; Abuso de Poder Corrupção passiva para ato ilícito	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 54.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: definição de regras sobre o procedimento a adotar em caso de falha do sistema informático)  Sensibilização para as consequências da corrupção e infrações conexas					NA

<b>Processo 55</b>	<b>Prestação de serviços ao exterior</b>	<b>Execução em 2015</b>				
Riscos Associados	Não faturação Abuso de Poder Corrupção passiva para ato ilícito	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 55.1	Sensibilização para as consequências da corrupção e infrações conexas		X		Não	

<b>Processo 56</b>	<b>Vendas de merchandising e livros</b>	<b>Execução em 2014</b>				
Riscos Associados	Não faturação Abuso de Poder Corrupção passiva para ato ilícito	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 56.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: implementação de sistema de gestão de stocks)	X			Não	

Processo 57	Conferência de valores	Execução em 2015				
Riscos Associados	Entrega de valores não coincidentes com somatório de recibos Corrupção passiva para ato ilícito Peculato Peculato de uso Abuso de poder	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 57.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: conferência diária dos valores recebidos, com folhas de caixa discriminativas, pelo responsável dos serviços ou funcionário designado para tal, que não tenha efetuado recebimentos)	X			Não	

### 2.11. Área: Propriedade Intelectual e Patentes

Processo 58	Processo de transferência de tecnologia:	Execução em 2015				
Riscos Associados	Licenciamento de tecnologia a empresas de familiares dos funcionários	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 58.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: implementação do Regulamento interno dos procedimentos de transferência de tecnologia)			X	Não	

Processo 59	Processo de transferência de tecnologia:	Execução em 2015				
Riscos Associados	Aquisição de tecnologia a empresas de familiares dos funcionários	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 59.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: implementação do Regulamento interno dos procedimentos de transferência de tecnologia)			X	Não	

Processo 60	Registo de marcas/desenho ou modelo/patente resultante de projetos do IPCA	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
		Sim	Não	Aguarda		
Riscos Associados	Registo por parte de docentes, sem que o IPCA seja o requerente, com apropriação, pelos docentes, dos direitos do IPCA como entidade detentora do registo	Sim	Não	Aguarda		
Procedimento 60.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: aprovação e implementação do Manual/Regulamento da Propriedade Intelectual do IPCA)			X	Não	

Processo 61	Registo de material em termos de Propriedade Intelectual	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
		Sim	Não	Aguarda		
Riscos Associados	Adulteração de material registado e apropriação dos direitos do detentor do registo	Sim	Não	Aguarda		
Procedimento 61.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: aprovação e implementação do Manual/Regulamento da Propriedade Intelectual do IPCA)			X	Não	

Processo 62	Registo da Propriedade Intelectual	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
		Sim	Não	Aguarda		
Riscos Associados	Utilização de informação privilegiada referente a processos de registo de PI para favorecimento de terceiros e possível inviabilização de registo	Sim	Não	Aguarda		
Procedimento 62.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: verificação periódica e aleatória, a promover pelo responsável do serviço, da assinatura do acordo de confidencialidade entre o funcionário e o IPCA)			X	Não	

Processo 63	Direitos do criador/autor e de propriedade industrial	Execução em 2015			Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
		Sim	Não	Aguarda		
Riscos Associados	Violação e apropriação da titularidade dos direitos do detentor do registo, por parte de docentes, para benefício próprio ou de terceiros	Sim	Não	Aguarda		
Procedimento 63.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: aprovação e implementação do Manual/Regulamento da Propriedade Intelectual do IPCA)			x	Não	

<b>Processo 64</b>		<b>Direito moral do inventor/criador</b>		<b>Execução em 2015</b>		
Riscos Associados	Apropriação dos direitos do inventor/autor/criador para benefício próprio ou de terceiros	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 64.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: aprovação e implementação do Manual/Regulamento da Propriedade Intelectual do IPCA, salvaguardando o direito moral do inventor/criador).			x	Não	

<b>Processo 65</b>		<b>Partilha dos proveitos decorrentes da valorização e exploração dos resultados de investigação pelo IPCA e pelos investigadores/ inventores envolvidos</b>		<b>Execução em 2015</b>		
Riscos Associados	Apropriação indevida de proveitos por parte de investigadores/inventores.	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 65.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: aprovação e implementação do Manual/Regulamento da Propriedade Intelectual do IPCA, donde conste uma definição da forma de partilha dos proveitos decorrentes da valorização e exploração dos resultados de investigação pelo IPCA e pelos investigadores/inventores envolvidos)			x	Não	

<b>Processo 66</b>		<b>Relacionamento do IPCA com outras entidades com vista à negociação tendente à exploração e valorização dos resultados de investigação e demais criações</b>		<b>Execução em 2015</b>		
Riscos Associados	Apropriação dos direitos do IPCA como entidade detentora do registo e beneficiação de terceiros por parte de funcionários, docentes ou investigadores	Sim	Não	Aguarda	Houve Alterações? De que forma?	Não Sabe/Não se aplica
Procedimento 66.1	Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (exemplo: aprovação e implementação do Manual/Regulamento da Propriedade Intelectual do IPCA, estabelecendo que o relacionamento do IPCA com outras entidades deve ser conduzido de forma centralizada, com vista à unidade de decisão)			x	Não	

Da *checklist* apresentada, onde constam os procedimentos a adotar, conforme definido no PGRIC do IPCA, constam 118 procedimentos. Em termos gerais, dos 113 procedimentos considerados, 59 foram executados (taxa de execução de 52,21%).

A taxa de execução mais elevada regista-se na área de intervenção “Receitas”, onde 91% dos procedimentos previstos no PGRIC se encontram em vigor. No extremo oposto, verifica-se que na área de intervenção “Propriedade Intelectual e Patentes” ainda não se implementou nenhuma das medidas previstas, sendo a sua taxa de execução de 0%. Note-se, contudo, que este domínio está a aguardar a aprovação de um manual próprio, que está em preparação.

A área de intervenção “Estudantes” regista uma taxa de execução dos procedimentos de 47%, em grande parte devido à inexistência de um manual de procedimentos dos Serviços Académicos. Contudo, tal não significa a inexistência de regras formalmente definidas para cada procedimento. Como se anotou em rodapé nos respetivos quadros de execução, a maioria dos procedimentos são regulados em documento próprio (Regulamento ou Despacho).

A área de intervenção “Apoio Social” regista uma descida na taxa de execução dos procedimentos em relação a 2014, ficando esta ano nos 40%. Um dos fatores que levou a esta descida na taxa de execução foi o não funcionamento do GACI no ano de 2015.

A área de intervenção “Contratação Pública” regista uma taxa de execução das medidas previstas no PGRIC de 54%. Julgamos que este resultado é positivo, ao qual se somam outras medidas adotadas que não constam do PGRIC, tais como o registo completo de cada procedimento concursal (à exceção dos ajustes diretos simplificados) no *portal* do IPCA. Contudo, esta área de intervenção deve ser prioritária em termos de execução do PGRIC, uma vez que é das mais sensíveis em termos de riscos de corrupção.

A área de intervenção “Património”, à semelhança do que se passa com a “Contratação Pública”, deve ser uma área prioritária na execução do PGRIC, até porque tem uma taxa de execução de 30%, estando ainda por implementar vários procedimentos de prevenção da corrupção.

A tabela n.º 2, que se segue, apresenta os dados de execução do PGRIC agregados por área de intervenção.

**Tabela n.º 2 – Taxas de execução do PGRIC, por área de intervenção**

**1. Medidas Gerais**

Medidas	2015
Consideradas	10

Executadas	5
A aguardar	1
Não executadas	4
<b>Grau de execução</b>	<b>50%</b>

## 2. Pessoal

Medidas	2015
Consideradas	23
Executadas	15
A aguardar	0
Não executadas	8
<b>Grau de execução</b>	<b>65%</b>

## 3. Estudantes

Medidas	2015
Consideradas	19
Executadas	9
A aguardar	0
Não executadas	10
<b>Grau de execução</b>	<b>47%</b>

## 4. Ação Social

MEDIDAS	2015
Consideradas	5
Executadas	2
A aguardar	0
Não executadas	3
<b>Grau de execução</b>	<b>40%</b>

## 5. Contratação Pública

MEDIDAS	2015
Consideradas	28
Executadas	15
A aguardar	2
Não executadas	11
<b>Grau de execução</b>	<b>54%</b>

## 6. Património

MEDIDAS	2015
Consideradas	9
Executadas	3
A aguardar	0
Não executadas	6
<b>Grau de execução</b>	<b>30%</b>

## 7. Receita

Medidas	2015
---------	------

Consideradas	11
Executadas	10
A aguardar	0
Não executadas	1
<b>Grau de execução</b>	<b>91%</b>

## 8. Propriedade Intelectual e Patentes

Medidas	2015
Consideradas	9
Executadas	0
A aguardar	9
Não executadas	0
<b>Grau de execução</b>	<b>0%</b>

## 4. APRESENTAÇÃO DE ALTERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES AO PGRIC DO IPCA

As alterações e recomendações enunciadas, de seguida, resultaram da análise do PGRIC do IPCA e de documentos afins, bem como da aplicação da *checklist*, anteriormente apresentada, aos respetivos departamentos:

### A) Recomendações Gerais sobre o PGRIC do IPCA

- Atualizar o PGRIC do IPCA, nomeadamente, o ponto 2 referente à caracterização geral do IPCA, dado que a sua estrutura foi alterada, bem como no que se refere aos quadros das áreas de intervenção;
- Elaborar um Manual sobre a Propriedade Intelectual do IPCA, tal como previsto no ponto 5.3 do PGRIC do IPCA;
- Elaborar um Manual de Procedimentos dos Serviços Académicos, tal como previsto no ponto 5.3 do PGRIC do IPCA;
- Elaborar um Manual de Procedimentos dos Serviços de Ação Social, tal como previsto no ponto 5.3 do PGRIC do IPCA;
- Elaborar um Regulamento Interno dos Procedimentos de Transferência de Tecnologia, tal como previsto no ponto 5.3 do PGRIC do IPCA;
- Utilizar a ficha de avaliação de desempenho dos Fornecedores;
- Criar no PGRIC do IPCA uma rubrica dedicada exclusivamente ao risco, fazendo uma análise exaustiva do mesmo;
- Criar no PGRIC do IPCA uma rubrica dedicada exclusivamente às medidas corretivas dos riscos de corrupção e infrações conexas;

- 
- Criar no PGRIC do IPCA uma rubrica dedicada exclusivamente à identificação dos responsáveis por cada área de intervenção, para que seja possível imputar responsabilidades e permitir que os mesmos controlem a execução das medidas previstas no referido documento;
  - Reestruturar as áreas de intervenção previstas no ponto 4 do PGRIC do IPCA – as áreas de intervenção deveriam integrar, para além das previstas, as seguintes áreas:
    - Biblioteca;
    - Informática (de modo a abordar as questões relativas às aplicações informáticas e seus riscos);
    - Docentes;
    - A área de intervenção de “Receitas” deveria denominar-se de “Serviços Financeiros”, devendo contemplar os seguintes serviços: “Projetos cofinanciados”, “Receitas”, “Despesas” e “Tesouraria”;
    - A área de intervenção do “Património” deveria contemplar também o Aprovisionamento, sendo mais correto denominar-se de “Património e Aprovisionamento”.

## **B) Recomendações sobre o GACI e MCI do IPCA**

- Divulgar o MCI por todos os funcionários do IPCA, bem como efetuar sessões de esclarecimento sobre o mesmo;
- Colocar em funcionamento o GACI, para permitir a realização das todas as tarefas incumbidas a este gabinete;
- Nomear, por serviço, os responsáveis pelo cumprimento das normas de controlo interno previstas no MCI.

## **C) Recomendações sobre a Contratação Pública**

- Alocar mais um colaborador ao Gabinete de Aprovisionamento, para que as tarefas não fiquem centralizadas num único colaborador, aumentando assim os riscos de corrupção;
- Criar um manual sobre a instrução e tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços, designadamente, no que se refere à definição de responsabilidades dos

---

vários intervenientes, ao estabelecimento de critérios de avaliação de propostas, cumprimentos de prazo e escolha de fornecedores;

- Criar um mecanismo de controlo interno que permita a verificação de todos os procedimentos pré-contratuais constantes deste ponto;
- Criar mecanismos internos de controlo que permitam detetar situações indiciadoras de conluio entre concorrentes e de eventual corrupção de funcionários;
- Implementar um sistema estruturado de avaliação de necessidades;
- Criar, e atualizar regularmente, uma base de dados com informação relevante sobre aquisições anteriores;
- Efetuar auditorias periódicas, por amostragem, aos processos de contratação.

#### **D) Outras Recomendações**

- Definir procedimentos internos que permitam tratar, de forma adequada e eficiente, as situações originárias de reclamações;
- Definir procedimentos internos ou outros mecanismos de controlo, que permitam tratar, de forma adequada e eficiente, as situações de comprovada corrupção de funcionários e/ou titulares de órgãos;
- Definir sanções para o incumprimento do PGRIC do IPCA;
- Apurar o grau de risco das novas atividades que surjam no IPCA, de acordo com a metodologia apresentada neste relatório.

### **5. CONCLUSÃO**

Em termos gerais, o nível de execução do PGRIC do IPCA é satisfatório, tendo-se vindo a registar, de uns anos para os outros, melhorias significativas. No entanto, algumas áreas merecem, neste momento, especial atenção. É nossa recomendação que, ao longo do ano de 2016, se promovam as ações necessárias à melhoria da prevenção da corrupção, através da implementação dos procedimentos previstos no PGRIC do IPCA, em especial nas áreas da “Ação Social”, “Contratação Públicas”, do “Património” e da “Propriedade Intelectual”. Deve também ser dada atenção aos procedimentos classificados como “a aguardar”, pois na maioria dos casos estão nesta situação há vários anos.

---

Por fim, julgamos imprescindível que se proceda à revisão do PGRCIC do IPCA, de forma a introduzir alterações que o tornem mais ajustado à atual realidade institucional e mais completo em termos de prevenção da corrupção.